

ISSN: 0872-2323

15 - 28

# Notícia epigráfica de ânforas béticas Keay XVI de Loulé Velho (Loulé, Portugal)

Rui Roberto de Almeida

Catarina Viegas



# Notícia epigráfica de ânforas béticas Keay XVI de Loulé Velho (Loulé, Portugal)

Rui Roberto de Almeida - Museu Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé / UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Catarina Viegas - UNIARQ - Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

## 1. Introdução

Apesar da evidência arqueológica apontar para a indústria de produção de preparados piscícolas no Sul da Lusitânia ter tido início a partir pelo menos de meados do século I d.C., foi apenas a partir sensivelmente de meados do III d.C. quando ganhou maior autonomia relativamente à Bética (actual Andaluzia). A partir desta fase assistiu-se em todo o território do actual Algarve a um crescente e generalizado incremento na produção/consumo dos artigos piscícolas produzidos regionalmente, e que parece ter tido o seu *floruit* sobretudo nos séculos IV e V d.C., o período de maior actividade na generalidade dos centros oleiros e fábricas de salga aí conhecidas (Fabião 1997: 39; Fabião 2004; Fabião 2008; Viegas 2011: 44; Bernardes e Viegas 2016).

Durante esse período, a vizinha província da Bética manteve, ainda assim, um papel preponderante, embora já não hegemónico, nos mercados da Lusitânia meridional como tinha sucedido desde época pré-romana. Apesar de se registar um decréscimo acentuado na produção anfórica da Bética a partir do século III d.C., especialmente visível na região gaditana (Lagóstena Barrios 1996: 136-137), as ânforas oriundas da costa atlântica desta província continuaram a circular e a abastecer os mercados algarvios com os molhos e salgas de peixe saídos das fábricas da área compreendida entre os rios Tinto e Odiel, a Baía de Cádiz e o Estreito de Gibraltar. Prova disso é a frequente e generalizada presença de vários tipos de ânforas de preparados piscícolas béticos – sobretudo Keay XVI, Keay XIX, Keay XXIII e Beltrán 72 (García Vargas e Bernal Casasola 2008: 678-679) – quer nos mercados e principais contextos de recepção/consumo terrestres,

quer em vários naufrágios com carregamentos de origem bética no Mediterrâneo (García Vargas 2007). De entre as várias formas de ânforas béticas que constituíram o repertório formal desse momento, é actualmente indiscutível que o tipo Keay XVI terá sido um dos mais, senão mesmo o mais, importante e difundido. É precisamente a este tipo de ânfora, Keay XVI, que pertencem os dois fragmentos de bordo com asa epigrafados, ambos recuperados no sítio de Loulé Velho, que agora se apresentam. Além da sua análise sistemática procura-se ainda fornecer um enquadramento para a presença deste tipo de contentores da Bética no sul da Lusitânia, à luz das problemáticas actuais acerca da dependência e/ou integração que se pode encontrar na economia do consumo de duas províncias vizinhas.

## 2. O sítio romano de Loulé Velho

Loulé Velho (Quarteira) localiza-se junto da foz da Ribeira de Carcavai e teria ocupado na antiguidade uma ligeira elevação com pouco mais de 10 m de altitude, junto à costa, desconhecendo-se a sua verdadeira extensão (**Fig. 1,1**).

As primeiras referências ao sítio chegam-nos ainda no século XIX, sendo identificado na carta Arqueológica do Algarve por Estácio da Veiga, como “povoação extinta ou arrazada” (Veiga 1910). A sua localização costeira e o facto de o sítio estar particularmente exposto à força do mar e à sua destruição, levou outros autores como Lyster Franco, Abel Viana (1952), Afonso do Paço ou José Farrajota (1966), já no século XX, a descrever as cetárias e outras estruturas aí existentes (**Fig. 1,2**).

O sítio nunca foi alvo de investigação sistemática, mas as primeiras escavações tiveram lugar em 1973 com

uma reduzida sondagem de que restaram infelizmente poucos registos (Sousa 1974). Também Isilda Pires realizou escavações em 1986 (**Fig. 1,3**), sendo escassos os registos que acompanham o abundante espólio então recolhido.

Além da descrição de cetárias, bem visíveis ainda nos anos 70 e 80 do século XX como refere Leitão Freitas (1995) menciona-se ainda a existência de estruturas de umas termas, mas esta informação mantém-se imprecisa. Sucessivamente, e à medida que se registou o recuo da linha de costa e desmontagem da arriba, numerosos fragmentos de cerâmicas, vidro, osso, mármore, estuques, e mesmo mosaico, foram sendo recolhidos para o Museu Municipal de Loulé que desde os anos 90 do século XX tem tido um papel essencial na salvaguarda deste espólio. Além das recolhas do próprio Museu, foram inúmeros os cidadãos que recolheram materiais arqueológicos na praia e os foram entregando ao museu ao longo dos tempos, onde se encontram depositados.

Mais recentemente, em 1996, teve lugar a intervenção arqueológica realizada por Mário Varela Gomes e Pedro Serra com o apoio do Museu Municipal (1996). A identificação de uma estrutura em ábside associada a sepulturas pode remeter para a presença de uma basílica (Gomes e Serra 1996), não sendo de descartar a possibilidade de corresponder a um mausoléu como recentemente sugeriu Carlos Pereira (2018).

Deve-se a Isabel Luzia o mais completo estudo realizado sobre o sítio (2003), procurando reunir a documentação dispersa, nomeadamente o numeroso espólio fotográfico recolhido no Arquivo do Museu Municipal de Loulé e chamando a atenção para a sua importância em época romana através do estudo de uma amostra representativa de espólio então dado a conhecer.

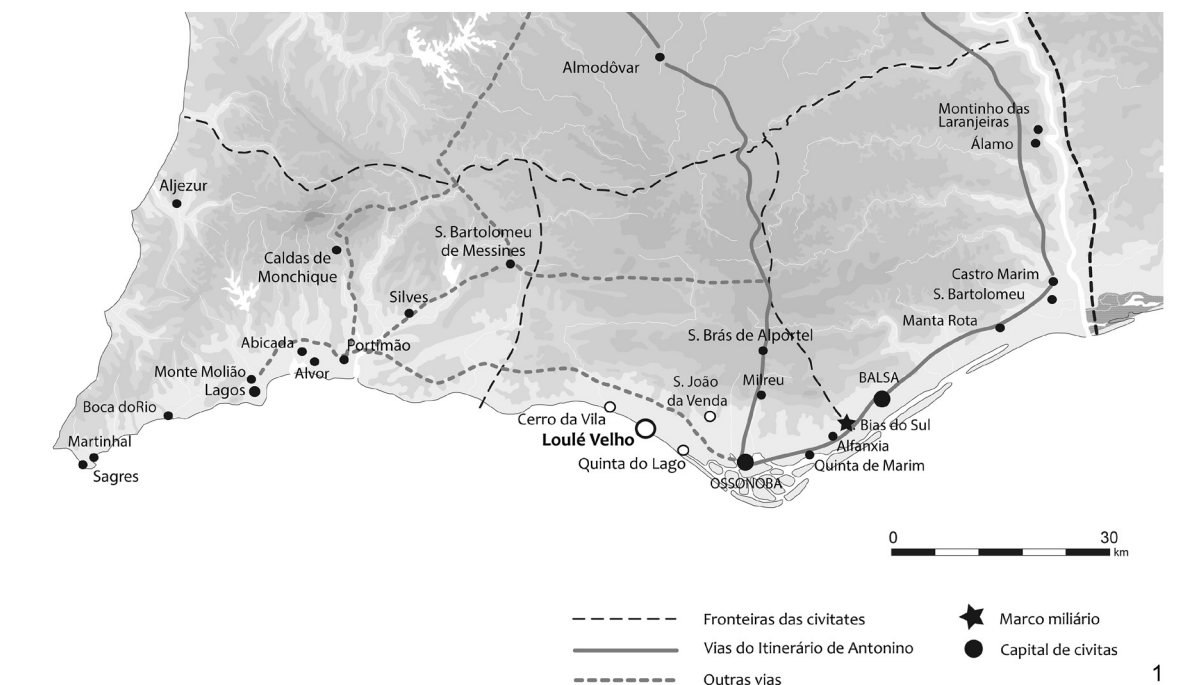
Posteriormente, já em 2006, 2010 e 2013 outras intervenções de emergência tiveram lugar identificando-se um pequeno tanque (Bernardes 2006) e diversos enterramentos desta mesma necrópole que ainda se conserva no local (**Fig. 1, 4**).

Quando em 2017 se realizou no Museu Nacional de Arqueologia a exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades*, foram várias as peças de Loulé Velho que aí figuraram (Carvalho, Paulo e Almeida 2017) (**Fig. 1, 5**). A investigação então realizada sobre o período

romano no concelho de Loulé chamou a nossa atenção para este sítio em risco permanente de destruição face ao avanço do mar e com um enorme potencial do ponto de vista científico e patrimonial. Assim, na sequência de protocolo de colaboração realizado entre a autarquia Louletana (e seu Museu Municipal) e a FLUL/UNIARQ, criaram-se as condições para o desenvolvimento de um projecto de investigação que visa estudar integralmente este sítio, nas suas diferentes dimensões (Almeida e Viegas, no prelo a).

Com a reforma político-administrativa levada a cabo por Augusto, o território da província da Lusitânia foi dividido em três *conventus* jurídicos que integraram por sua vez diversas *civitas*. O território algarvio ficou sob jurisdição do *conventus pacensis* com sede em *Pax Iulia* – actual Beja) integrando-se o actual concelho de Loulé (e portanto o sítio de Loulé Velho) no território da *civitas* de *Ossonoba* (hoje Faro). A este território pertencem sítios emblemáticos como as *villae* de Milreu e Cerro da Vila, que poderá mesmo ter-se desenvolvido ao ponto de se transformar num pequeno aglomerado secundário (*vicus*) (**Fig. 1,1**).

A localização de Loulé Velho, numa zona costeira que na antiguidade poderá ter sido protegida por um cordão dunar, associada à proximidade da ribeira de Carcavai que estaria parcialmente assoreada já nesse momento, proporcionou o acesso a um enorme conjunto de recursos marinhos que terão tido um papel relevante no desenvolvimento do sítio. Como testemunhos diretos da exploração destes recursos, são conhecidos os conjuntos de cetárias (Freitas 1995), infelizmente hoje totalmente desaparecidos fruto do avanço do mar, além de inúmeros instrumentos de pesca (Vargas Girón 2017). Para caracterização destas cetárias dispomos de alguns registos (Freitas 1995) e de inúmeras fotografias recolhidas no Museu Municipal. Por outro lado, a produção de vinho ou azeite estaria igualmente assegurada como dá conta a pedra de lagar que foi registada ainda nos anos 80 do século passado, mostrando que a exploração agrícola seria outra componente significativa da vida económica do sítio. Por outro lado existe ainda um conjunto abundante de material de construção ligado à decoração de uma ou mais casas senhoriais, como estuque pintado, fragmentos de mosaico e de placas de mármore utilizados no revestimento dos compartimentos destas casas.



**Figura 1.** 1. Mapa do Algarve com as fronteiras conjecturais das *civitates* (segundo Alarcão 1990) e traçado aproximado das vias romanas (segundo Mantas 1997). In Viegas 2017, Fig. 2 (adaptado); 2. Conjunto de cetárias ainda visíveis em 1978 (Arquivo Fotográfico do Museu Municipal de Loulé); 3. Aspecto de maré viva, durante a escavação em 1986 (?) (Arquivo Fotográfico do Museu Municipal de Loulé); 4. Sepulturas identificadas junto ao apoio de praia no decorrer da escavação realizada em 2011 (Fotografia de Joaquim Carvalho e Vítor Silva Dias); 5. Vista da vitrine dedicada às relações comerciais de época romana da exposição LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades onde os materiais do sítio de Loulé Velho tinham particular destaque.

O numeroso espólio depositado no Museu de Loulé permite perceber que o sítio se integra nas dinâmicas conhecidas do povoamento do Algarve romano, tendo-se desenvolvido sobretudo a partir de meados do século I d.C., estendendo-se a sua ocupação até à antiguidade tardia (século VI e VII d.C.). Contudo, não resulta fácil a sua categorização enquanto *villa* ou mesmo *vicus*.

No quadro do projecto em curso e tendo em vista identificar as áreas que poderiam ainda conservar vestígios arqueológicos, desenvolveram-se duas campanhas de trabalho de campo no local. A primeira, em 2018, consistiu na realização de prospecção geofísica levada a cabo pela empresa alemã Eastern Atlas (liderada por Cornelius Meyer) com o objectivo de testar dois tipos de prospecção: por georadar e geomagnetismo e localizar eventuais estruturas que ainda se conservassem no local (Meyer, Freibothe e Hypiak 2018). Nessa ocasião foi possível perceber que as “anomalias” do campo magnético correspondiam muito possivelmente a diversos tipos de estruturas e ao enchimento de fossas, isto apesar de algumas áreas terem detritos recentes que dificultam a leitura. Na segunda, em 2019, realizou-se uma campanha de escavação que permitiu aferir a natureza e qualidade dos resultados anteriormente obtidos na prospecção geofísica tendo sido recuperados diversos enterramentos de distintas tipologias, no que se afigura tratar-se de uma necrópole tardo romana e da antiguidade tardia de características singulares.

### 3. As ânforas e a epigrafia

#### 3.1. O suporte epigráfico: a ânfora do tipo Keay XVI

Durante um longo período, a ânfora com o tipo XVI da tipologia publicada por S. Keay, a partir da evidência material da necrópole de Tarragona (Keay 1984), foi atribuída à produção lusitana devido ao seu parecido e evidente confusão com o tipo lusitano Almagro 50, mas é hoje comumente aceite que se trata de um tipo produzido na costa ocidental da Bética (na área de Huelva, talvez na macro-área da Baía de Cádiz, ou na imediata da bacia do Guadalete - Lagóstena Barrios

1996; Fabião 1997; García Vargas 1998; Bernal Casasola 2001; García Vargas e Bernal Casasola 2008; Bernal Casasola, García Vargas e Gener Basallote 2014) e que tem uma produção minoritária na Lusitânia, nos vales do Tejo/Sado (Almeida e Raposo 2016). A sua manufactura não se limita aos principais focos produtores da costa atlântica da Bética, sendo também uma realidade nas *figlinae* de Ringo Rango, na baía de Algeciras, e em Los Barreros e Los Matagallares na costa de Granada (Bernal Casasola e Navas Rodríguez 1998: 70-81; Bernal Casasola 2001: 281-282).

A cronologia da sua produção/circulação tem vindo progressivamente a ajustar-se, colocando-se actualmente o seu começo na viragem do século II para o III d.C. e o seu *terminus* no final do século V, ou início do VI d.C. (Bernal Casasola 2001: 281-282; Bernal Casasola, García Vargas e Gener Basallote 2014).

Trata-se certamente de um dos contentores béticos destinados ao transporte de *garum* e *salsamenta* que maior êxito comercial teve em época média imperial e tardo-antiga, com uma ampla difusão por todo o Império romano, desde a longínqua área Síria-Palestina, passando por Roma e Norte de África (Keay 1984: 149-155; Lagóstena Barrios 2001), ou mesmo Ephesus na Turquia (Bezeczky 2013: 179, nº 650), ainda que em quantidades inferiores às que podem ser registadas na frente do Oceano Atlântico (Fabião et al. 2016: 120).

À sua forma característica, alia-se o facto de frequentemente este tipo apresentar marcas estampilhadas relacionadas com a produção, o que lhe confere grande visibilidade e o torna um elemento de fácil diagnóstico e rastreio.

A maior parte dos exemplares conhecidos, entre os quais os que agora se apresentam de Loulé Velho, possui uma pasta bastante característica de cor castanha clara/creme, muito depurada, com pequenas vacuolas alongadas e escassos elementos não plásticos de reduzido calibre, entre os quais algumas pequenas hematites e muitos outros de componente micácea (Bernal Casasola, García Vargas e Gener Basallote 2014: 33). No geral, estas características são as que permitem, justamente, confirmar a sua proveniência, *grosso modo*, bética; não obstante, é precisamente este fabrico que ainda hoje não se consegue atribuir a uma olaria ou *figlina* em concreto.



### 3.2. A epigrafia: as marcas

O primeiro exemplar com epigrafia é um fragmento com bordo, arranque do colo e asa completa (ML.A0363), e que tem na sua parte superior inicial um desenvolvimento praticamente horizontal, onde está colocada uma marca, feita com uma matriz no barro fresco, no momento da sua fabricação, anteriormente à cozedura. Desta peça, outrora exposta na vitrine dedicada à Época Romana e ao sítio de Loulé Velho no núcleo sede do Museu Municipal de Loulé, contudo inédita, foi dada notícia recentemente pela sua inclusão no *corpus* expositivo de época romana da exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades* (Almeida 2017: 369).

O bordo deste exemplar, que assenta sobre um colo curto e estrangulado, apresenta um diâmetro estimado em cerca de 16 cm e um perfil com secção triangular, projetado para o exterior, do qual arrancam as asas, neste caso, uma das asas que se conserva inteira. Esta tem na sua parte inicial um desenvolvimento praticamente horizontal, local onde está colocada a marca (**Fig. 2a**), desenhando depois um ângulo reto e descendo de forma vertical até se apoiar diretamente na parte superior do corpo, através da aplicação de um pequeno filete adicional de argila que a ajuda a se fixar à parede da ânfora.

A marca parece ter sido feita com o punção já desgastado ou sujo, ao mesmo tempo que a impressão foi realizada de forma pouco profunda, tal como se pode observar pela reduzida definição e nitidez das arestas e das letras em relevo (*litt. extantibus*). Ainda assim, é possível constatar que se trata de um exemplar da marca IVNIOR, que tradicionalmente se desenvolve e se costuma ler o nome *Iuniorum* (**Fig. 2b**) (CIL II, Supp. 6254/24; Callender 1965: 779; Beltrán Lloris 1970; Keay 1984; Lagóstena Barrios 1996).

As letras encontram-se impressas dentro de uma cartela aparentemente retangular com contornos algo irregulares, truncada na sua parte inicial, pelo que está ausente o I inicial e metade do V. Por sua vez, o N e o I apresentam algumas imperfeições nas hastes verticais e as letras finais O e R são as que têm menor detalhe e pior leitura, devido ao facto de se encontrarem parcialmente apagadas. Tal parece ser resultante do

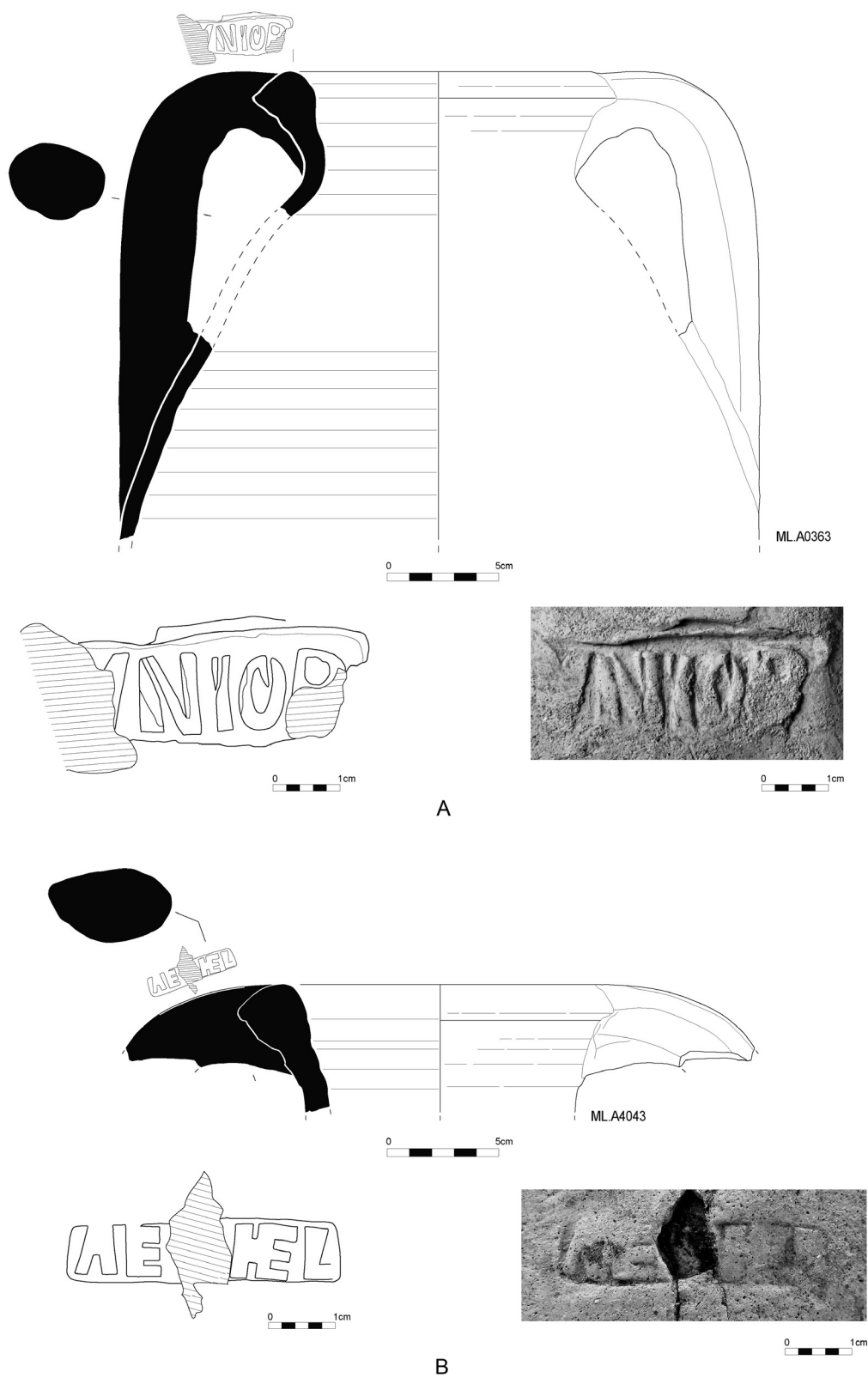
desgaste causado pela colocação do recipiente ao contrário com a boca no solo, durante o processo de secagem.

Trata-se de uma marca bem conhecida tanto em ânforas Keay XVI como em cerâmicas de construção, concretamente em *tegulae* e *imbres* (Fabião et al. 2016: 119), existindo testemunho tanto desta variante mais curta (IVN) como de outra desenvolvida (IVNIORVM), registada quer em ânforas do tipo Keay XVI quer do tipo Beltrán 72, – uma situação similar à registada em outras marcas sobre ânforas da “família” Keay XVI / Beltrán 72, como a ANGE / ANNGENIALIS ou QET / QETAVRI (Fabião 1997a) –, embora não se tratem das melhor representadas neste tipo de ânforas (Lagóstena Barrios 2001: 389-393).

Entre os seus melhores paralelos encontram-se várias peças do naufrágio Cabrera III (Maiorca), datado seguramente dos meados do século III d.C. pela numismática (Bost et al. 1992), estando a igualmente atestada a sua presença na Lusitânia, com outros casos mapeados no território do atual Algarve. O presente exemplar de Loulé Velho vem, assim, juntar-se a outros três exemplares recuperados nas escavações modernas realizadas na Quinta de Marim (Silva, Soares, Coelho-Soares 1992) e ainda outro exemplar, também deste sítio, mas fruto de recolhas mais antigas, que se conserva no Museu Nacional de Arqueologia.

O segundo exemplar é um fragmento pior conservado (ML.A4043), também de bordo com secção de perfil triangular, mas onde praticamente não é visível o princípio do colo, e do qual arranca e se conserva apenas a parte inicial de uma das suas asas, onde se encontra colocada a marca (**Fig. 2b**).

A marca parece ter sido feita de forma pouco profunda, tal como se pode observar pela reduzida profundidade das arestas e das letras em relevo (*litt. extantibus*). As letras encontram-se impressas dentro de uma cartela rectangular com os vértices arredondados, truncada na sua parte mesial devido a uma fractura na peça, que está ausente a letra M. Apesar desta falta, é indiscutível que ostenta a marca AEMHEL, para a qual se tem proposto o desenvolvimento e leitura do nome *Aem(ili) Hel(i)*, outra das bem conhecidas neste tipo de ânforas (CIL II Supp. 6254/2; Callender 1965: 42; Beltrán Lloris 1970; Keay 1984), com vários casos bem



**Figura 2.** Desenho e fotografia dos fragmentos de ânfora Keay XVI epigrafados de Loulé Velho.



documentados cronologicamente, designadamente nas termas de Diocleciano, em Roma, ou no Monte della Giustizia, em contextos de meados do século III d.C. (Lagóstena Barrios, 2001: nº 7a1 e nº 7b).

Trata-se, uma vez mais, de uma marca que se pode ser encontrada tanto em contentores (ânforas) como em cerâmicas de construção, concretamente em *tegulae*. Ao mesmo tempo, recentes exemplares dados a conhecer num primeiro *corpus* dedicado à epigrafia anfórica da província da *Lusitania* (Fabião et al. 2016) vieram demonstrar que também esta marca pode aparecer tanto em ânforas do tipo Keay XVI como do tipo Beltrán 72 – uma situação similar à registada para a marca anterior – embora para a marca AEMHEL não se conheça uma variante abreviada.

Para ambos casos, IVN e AEMHEL, ainda hoje se desconhece as olarias onde terão sido fabricadas estas ânforas e utilizados os punções destas marcas. A distribuição dos exemplares actualmente conhecidos (entenda-se cartografados...) reforça a ideia da sua forte presença na Lusitânia meridional e no ocidente da Península Ibérica (Fabião et al 2016: 87-88).

#### 4. Alguns comentários

As marcas que agora damos a conhecer juntam-se a uma série de outras de há longa data identificadas no espaço hoje português, particularmente na área meridional correspondente ao actual Algarve. Foi justamente essa “anómala” maior densidade de achados nesta região de marcas sobre ânforas, mas também impressas sobre *tegulae* e *imbrex* (Pereira 1974-1977; Fabião et al. 2016: 119-120), que fomentou a tese de que as ânforas do tipo Keay XVI corresponderiam a produções regionais algarvias, tese essa que tem vindo a ser contínua e paulatinamente desmontada e contrariada em detrimento de uma produção originária da Bética. Esta assunção tem como principal argumento o facto de as características dos fabricos se afastarem claramente de tudo o que se conhece da produção oleira algarvia de época romana, assemelhando-se à das regiões costeiras do ocidente da Bética (Fabião 1997; Bernal Casasola 2001; Mayet, Schmitt e Silva 2006; Fabião et al. 2016; González

Cesteros, Almeida e Costello Curbera 2016; Bernal Casasola 2020: 588-590).

Os fragmentos epigrafados de ânforas do tipo Keay XVI que agora se apresentam concorrem na linha do que tem vindo a ser defendido e corroboram o panorama apontado para uma (ainda) importante comercialização/disseminação de contentores béticos de preparados piscícolas para Ocidente durante a Antiguidade Tardia, sobretudo visível a partir do século III d.C. através da sua exportação em ânforas do tipo Keay XVI e Beltrán 72, como já foi sublinhado por outros autores (pode ver-se uma breve exposição sobre o tema, com bibliografia em: Fabião 1997; Fabião et al. 2016). Por um lado, o panorama actualmente conhecido de uma dispersão eminentemente litoral reforça, por si só, o princípio da circulação/abastecimento por via marítima a partir dos seus locais de fabrico. Por outro, a presença recorrente das ânforas deste tipo (e das duas marcas) em sítios como Loulé Velho, Quinta do Lago, Cerro da Vila, Quinta de Marim, Pedras del Rei (Fabião et al. 2016: 120), pode talvez, na sua grande maioria, corresponder a um período de tempo não muito dilatado compreendido muito provavelmente dentro dos séculos III-IV d.C., em momento anterior e inicial da “explosão” da produção dos tipos lusitanos típicos dos séculos IV-V d.C. (Almagro 51C e Algarve 1), responsáveis nos séculos seguintes pela comercialização regional, supra-regional e inter-provincial dos preparados de peixe das fábricas algarvias. Paralelamente, e tal como tem também vindo a ser apontado, uma “maior” identificação deste tipo de ânforas não se prende directamente com uma maior presença deste(s) tipo(s) relativamente às suas congéneres de época Alto Imperial; na verdade, a sua identificação, e consequente “fácil” rastreio, resultam em grande medida da maior visibilidade que é proporcionada pelo forte hábito epigráfico associado a este tipo de contentores e pela frequente presença de marcas impressas nos seus bordos/asas, os elementos de diagnóstico mais facilmente reconhecíveis e identificáveis.

Neste sentido mostra-se particularmente interessante e revelador ensaiar uma leitura comparada entre o mapeamento destas marcas (e de outras) presentes no tipo Keay XVI e o estado do conhecimento passível de ser extraído da presença de exemplares não epigrafados.

Se para pontos algarvios mais próximos, como podem ser Milreu ou Cerro da Vila, ou para outros mais longínquos como Quinta de Marim, Rio Arade ou Lagos, pouco mais além se pode ir que confirmar a frequente presença de fragmentos ânforas Keay XVI transportando preparados piscícolas béticos, é sobretudo nos dados quantificados dos conjuntos anfóricos de sítios como Loulé Velho, a vizinha cidade de *Ossonoba* (Faro) ou ainda a de *Balsa* (Torre de Aires) que a leitura do consumo/difusão destas ânforas ganha outra dimensão e significado.

Em Loulé Velho, o sítio e o conjunto que directamente nos ocupa, das ânforas consumidas entre os séculos III-V d.C., as da Bética correspondem a 33% do total e a 77% das importações extra-provinciais. Por sua vez, as do tipo Keay XVI em particular correspondem a cerca de metade de todas as importações béticas, atestando a enorme importância e peso comercial destes contentores no período em apreço, mas que, como seria expectável, não superam as produções de fabrico regional (Viegas e Almeida no prelo b).

No caso de *Ossonoba*, o núcleo urbano mais próximo, de todas as ânforas recebidas/consumidas na cidade nos séculos III-V d.C., as ânforas Keay XVI são 15%; correspondem ainda a 50% das importadas e a 1/4 de todas as que transportavam produtos de pescado (Viegas 2011: 231, 241-242). O restante tráfico e complemento desse consumo coube já à produção regional lusitana, muito provavelmente à oriunda das fábricas de salga próximas e envasada em contentores das olarias da Quinta do Lago ou São João da Venda, para referir apenas as melhor conhecidas.

Na cidade de *Balsa* (Torre d'Ares, Tavira), a sua recepção/consumo é ainda mais notória, devendo a explicação para tal ser talvez encontrada na maior proximidade com a Bética. O certo é que no mesmo período esta província se manteve como o principal abastecedor dessa cidade, sendo as ânforas béticas 47% de todas as encontradas, estando a esmagadora maioria relacionada com o transporte de preparados piscícolas, concretamente as do tipo Keay XVI, que correspondem não só a metade das importações béticas e a 1/3 do comércio dos produtos do mar (Viegas 2011: 382-383, 563), como suplantam claramente as ânforas Almagro 51C com a mesma proveniência, que se tende

a considerar como o contentor bético por excelência para o mesmo período (Bernal Casasola 2001: 284). Por fim, refira-se ainda que para compreender o verdadeiro significado e extensão da presença dos produtos da *Ulterior*/Bética no Sul da Lusitânia poderia recuar-se pelo menos até ao período pré-romano, momento em que o território do actual Algarve partilha com a região hoje espanhola, afinidade de natureza cultural com reflexo nos produtos que circulam e se consomem (Arruda 2000). Assim, desde muito cedo a área que se viria a tornar na província da Lusitânia conhece uma forte integração, do ponto de vista económico, na vizinha província, aspecto que a demarcação da fronteira no Guadiana, no período de Augusto, não veio alterar de forma significativa. Ainda durante o período republicano esta presença é esmagadora, seja de ânforas que transportaram preparados piscícolas, seja também de produtos manufacturados como cerâmica comum, que chegam mesmo a superar as produções de âmbito local/regional. Aos dados obtidos para os núcleos urbanos de Castro Marim e Faro (Viegas 2011) foi possível adicionar mais recentemente a informação relativa a Monte Molião (Sousa e Arruda 2010; Arruda e Viegas 2016). Por outro lado esta preponderância pode atestar-se também nos motivos patentes nas cunhagens monetárias fortemente vinculadas ao universo gaditano como os próprios motivos utilizados indicam (Chávez Tristán e García Vargas 1994).

Durante os primeiros séculos do período imperial esta realidade mantém-se inalterada, quer no que às ânforas diz respeito quer às cerâmicas comuns, apontando-se o facto do Algarve já estar a produzir preparados de peixe, sem ter ainda capacidade para fazer face ao seu transporte com ânforas produzidas localmente (Fabião 2001). Ainda que não resulte fácil prová-lo, não defendemos esta perspectiva uma vez que além de produtos piscícolas, e tal como nas etapas anteriores, são igualmente relevantes os restantes produtos oriundos da Bética, concretamente do vale do Guadalquivir como os produtos vínicos (Haltern 70) e o azeite (Dressel 20). Por outro lado, o domínio do abastecimento bético estende-se também à cerâmica comum que domina os mercados até sensivelmente aos finais do século I, inícios do século II, momento a

partir do qual se assiste a uma preponderância dos produtos norte africanos (Viegas e Arruda 2014).

Um dos últimos capítulos desta interdependência ou mesmo integração entre o sul da Lusitânia e a Bética desenrola-se entre os séculos III e V d.C., e tem exactamente na ânfora Keay XVI uma das suas últimas expressões. Como já se referiu, nesta etapa os produtos alimentares consumidos no território algarvio já não são quase exclusivamente oriundos da Bética, adquirindo agora também importância os que provêm do norte de África (actual Tunísia) e, sobretudo, os de âmbito local/regional (algarvios e dos vales do Tejo e Sado).

- Alarcão, J. de (1990): Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In J. G. Gorges (ed.), *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique (Talence 1988) [Coll. Maison des Pays Ibériques 4]]. Paris: CNRS, p. 21-34.
- Almeida, R. R. de (2017): 188. Fragmento de ânfora bética Keay XVI, com marca IVNIOR. In A. Carvalho, D. Paulo e R. R. de Almeida. *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades* [Catálogo da Exposição. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa]. Lisboa: INCM. p. 369.
- Almeida, R. R. de e Raposo, J. M. C. (2016): "Keay 16 (Lusitania Occidental)", *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/keay-16-western-lusitania>), 20 julio, 2016. (Consulta 02-03-2019).
- Almeida, R. R. de e Viegas, C. (no prelo a): O sítio romano de Loulé Velho e o paleoestuário da Ribeira de Carcavai (LORIVAI): resultados e perspectivas de um projecto em curso. In III Encontro de História Local de Loulé (31 de Agosto 2019). Loulé: Arquivo Municipal de Loulé.
- Almeida, R. R. de e Viegas, C. (no prelo b): Loulé Velho (Algarve-Portugal): as ânforas da Bética no quadro das importações para a Lusitânica meridional (séculos I-V/VI d.C.). In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae II. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano* (Sevilha, 17-21 de Dezembro de 2018).
- Arruda, A. M. (1999-2000): *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII -VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5 -6. Barcelona: Publicaciones del laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.
- Arruda, A. M. e Viegas, C. (2016): As ânforas alto-imperiais de Monte Molião. In R. Járrega, P. Berni (eds.), *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo* (Monografías Ex Officina Hispana 3), p. 446-463.
- Beltrán Lloris, M. (1970): *Las ánforas romanas en España*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico (CSIC)/Fundación Pública de la Excm. Diputación de Zaragoza.
- Bernal Casasola, D. (2001): La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio Romano. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano* (Sevilla -Écija Dezembro 1998). Écija: Editorial Gráficas Sol, p. 239 -372.
- Bernal Casasola, D. (2020): Ânforas tardorromanas en Hispania. Claves de identificación. In C. Fernández Ochoa, Á. Morillo Cerdán y M. Zarzalejos Prieto (eds.), *Manual de cerámica romana IV. Producciones cerámicas de época medio-imperial y tardorromana*. Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 551-670.
- Bernal Casasola, D.; García Vargas, E. e Gener Basallote, J. M. (2014): Un nuevo sello sobre ánfora salazonera (Keay XVI) en la Gades severiana. *Boletín de la SECAH* 5. pp. 31-34.
- Bernal Casasola, D. e Navas Rodríguez, J. (1998): La producción alfarera en la costa granadina en época romana. In D. Bernal Casasola (dir.), *Los Matagallares (Salobreña, Granada). Un Centro Romano de Producción Alfarera en el Siglo III d.C.*. Granada: Ayuntamiento de Salobreña, p. 65-100.
- Bernardes, J. P. (2008): Intervenção Arqueológica de Emergência no Sítio Romano de Loulé-Velho (Quarteira). *Al-'Ulyã* 12, p. 9-22.
- Bernardes, J. P. e Viegas, C. (2016): Roman Amphora Production in the Algarve (Southern Portugal). In Pinto, I. V.; Almeida, R. R. de; Martin, A. (eds) - Lusitanian Amphorae: Production and Distribution (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10), p. 81- 92.
- Bezeczky, T. (2013): *The Amphorae of Roman Ephesus* [Forschungen in Ephesos, XVI/1]. Viena: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften.
- Bost, J.P.; Campo, M.; Colls, D.; Guerrero, V. e Mayet, F. (1992): *L'épave Cabrera III (Majorque)*. Paris, Diffusion E. de Boccard.
- Callender, M. H. (1965): *Roman Amphorae, with index of Stamps*. London: Oxford University Press.
- Carvalho, A.; Paulo, D.; Almeida, R. R. de (coord.) (2017): *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades*. [Catálogo da Exposição. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa]. Lisboa: INCM.
- Chaves Tristán, F. e García Vargas, E. (1994): Gadir y el comercio atlántico a través de las cecas occidentales de la Ulterior. In *Arqueología en el entorno del Bajo*

- Guadiana. In *Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste* [(celebrado en) Huelva y Niebla, 25 a 27 de febrero de 1993]. Huelva: Universidad de Huelva. p. 375-392.
- Étienne, R. e Mayet, F. (2002): *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- Fabião, C. (1997): Exploração dos recursos marinhos. In A. Alarcão (ed.), *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais* [Catálogo da exposição. Lisboa: Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia, p. 35 -58.
- Fabião, C. (2001): O Sul da Lusitânia (Algarve Português) e a Bética: concorrência ou complementaridade? In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la bética en el Imperio romano* (Écija e Sevilha, Dezembro de 1998). Écija: Gráficas Sol, p. 717 -730.
- Fabião, C. (2004): Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In D. Bernal Casasola e L. Lagóstena Barrios (eds.), *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C – VII d.C.)* (Cádiz, Noviembre 2003). Oxford: Achaeopress (BAR, Int. series 1266), p. 379 -410.
- Fabião, C. (2008): Las ánforas de Lusitania. In D. Bernal Casasola e A. Ribera i Lacomba (eds.), *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 725-745.
- Fabião, C.; Guerra, A.; Almeida, J.; Almeida, R. R. de; Pimenta, J. e Filipe, V. (2016): *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa / Union Académique International / Faculdade de Letras de Lisboa, UNIARQ.
- Freitas, L. de (1995): Cetárias de Loulé Velho. *Al-'Ulyā* 4, p. 45-50.
- García Vargas, E. (1998): *La producción de ánforas en la Bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. – IV d.C.)*. Écija: Editorial Gráficas Sol.
- García Vargas, E. (2007): Oro y economía en la época de Constantino. Algunos aspectos. In G. Chic García e J. Guzmán Armario (eds.), *Perdona nuestras deudas. Economía de prestigio versus economía de mercado*, II. Sevilla, pp. 187-204.
- García Vargas, E. e Bernal Casasola, D. (2008): Ánforas de la Bética. In D. Bernal Casasola e A. Ribera i Lacomba (eds.), *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 661-687.
- Gomes, M. V. e Serra, M. P. (1996): Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas (1996). *Al-'Ulyā* 5, p. 29-50.
- González Cesteros, H; Almeida, R. R. de e Curbera Costello, J. (2016): Special Fish Products for the Jewish Community? A Painted Inscription on a Beltrán 72 Amphora from Augusta Emerita (Mérida, Spain). *Herom, Journal on Hellenistic and Roman Material Culture*, 5:2. Leuven. pp. 197-236.
- Lagóstena Barrios, L. (1996): *Alfarería romana en la bahía de Cadiz*. Cádiz: Universidad de Cádiz/ Publicaciones del Sur.
- Lagóstena Barrios, L. (2001): *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Col. lecció Instrumenta 11).
- Luzia, I. (2004): O sítio arqueológico de Loulé. *Al-'Ulyā* 10, p. 43-131.
- Keay, S. (1984): *Late Roman amphore in the western Mediterranean. A tipology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series, 196).
- Mantas, V. (1997): Os caminhos da serra e do mar. In F. Barata e R. Parreira (coords.), *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 311-325.
- Martins, I. M. P. (1988): *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- Mayet, F. (2006): Postface. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet* (Setúbal, Maio 2004). *Setúbal Arqueológica* 13. Setúbal, p. 337-341.
- Mayet, F.; Schmitt, A. e Silva, C. T. (1996): *Les amphores du Sado*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- Meyer, C., Freiboth, R. e Hypiak, W. (2018): *Geophysical prospection at the Roman site of Loulé Velho (Loulé, District of Faro, Portugal). Report 1840/2018*. Berlin, Eastern Atlas GmgH & Co. KG.

- Paço, A. e Farrajota, J. (1966): Subsídios para uma Carta Arqueológica do concelho de Loulé. *Arqueologia e História*. Série xxx, nº 12, p. 65-91.
- Pereira, C. (2018): *Necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Suplemento nº 9 de O Arqueólogo Português. Lisboa, INCM.
- Sousa, M. M. B. V. (1974): Loulé Velho, uma estação em vias de desaparecimento. *Actas das II Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 205-210.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. (2010): A Gaditanização do Algarve. In *Los Púnicos de Iberia: Proyectos, revisiones e síntesis*. *Mainake* 32 (2), p. 951-974.
- Pereira, M. L. V. S. (1974 -1977): Marcas de oleiros algarvios do período romano. *O Arqueólogo Português*, Série 3, 7/9, p. 243 -268.
- Silva, C. T.; Soares, J. e Coelho-Soares, A. (1992): Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988 -89. *Setúbal Arqueológica* 9 -10, p. 335 -374.
- Vargas Girón, J. M. 2017, Evidencias de instrumental pesquero en Loulé: recientes resultados de un estudio de materiales realizado en el marco de la exposición Loulé - territórios, memórias e identidades, *Al-Ulyã* 18, p. 7- 24.
- Veiga, S. P. M. E. da (1910): *Antiguidades Monumentaes do Algarve* (elementos para o Volume V da obra que com este título começou a ser publicada por Estácio da Veiga, por elle deixados em manuscrito): obra póstuma. *O Arqueólogo Português* vol. XV, p. 209 -233.
- Viana, A. (1952): Ossónoba, o problema da sua localização. *Revista de Guimarães* LXII, p. 280.
- Viegas, C. (2011): *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Série estudos e Memórias, 3. Lisboa: UNIARQ.
- Viegas, C. (2017): Loulé romana: um território entre cidades. In A. Carvalho, D. Paulo e R. R. de Almeida (Coord.), *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades*. Catálogo da Exposição [Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa]. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 266-276.
- Viegas, C. e Arruda, A. M. (2014): A cerâmica de cozinha africana e as suas imitações em Monte Molião (Lagos, Portugal). In R. Morais, A. Fernandez e M. J. Sousa (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia. Actas do II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana* (Braga, 2013). Tomo I, p. 247-260.